

Certidões de nascimento e óbito poderão ser gratuitas

Comemorações de Sete de Setembro serão transformadas em mobilização pelos direitos humanos, em especial da criança

O presidente Fernando Henrique Cardoso pretende enviar ao Congresso nos próximos dias um projeto de lei que torna gratuitos os registros civis de nascimento e óbito nos cartórios de todo o País. Um estudo jurídico da proposta já está sendo finalizado pelo Ministério da Justiça. Pela proposta, ninguém precisaria mais pagar pela retirada da primeira certidão de nascimento e pela certidão de óbito.

O governo está fazendo um levantamento do impacto financeiro da medida nos cartórios e se há cartórios no país que só fazem esses dois tipos de serviços, o que poderia inviabilizá-los.

Uma certidão custa hoje, em média, 10% do salário mínimo (cerca de R\$ 11,20). A idéia do projeto surgiu dentro da estratégia de transformar as comemorações do Sete de Setembro em uma mobilização pelos direitos humanos, anunciando medidas nessa área ao longo dos próximos dias.

CIDADANIA

Assessores do governo estão chamando o projeto de tornar gratuito o registro e a certidão de nascimento de "batismo da cidadania". A subnotificação é um dos mais graves problemas do país, tornando pouco confiáveis as estatísticas que

norteiam as ações de combate à mortalidade infantil.

Em Alagoas, por exemplo, alguns municípios passaram os últimos anos sem registrar nenhum nascimento ou óbito. Com a ajuda da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Judiciário, a Secretária de Saúde do estado lançou uma campanha para que nenhum cidadão ficasse sem registro. Em alguns municípios, o governo iniciou a doação dos livros de registro para reduzir o custo das certidões.

"Tornar esses serviços gratuitos é uma decisão do presidente Fernando Henrique porque o primeiro direito do cidadão é o de ter o nome. A intenção do presidente é anunciar isso nos próximos dias.

Como no ano passado, o presidente pretende transformar o Dia da Pátria numa mobilização pelos direitos humanos, com ênfase para a criança, e esse projeto faz parte disso", disse ontem o porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral.

A Constituição determina, no capítulo sobre direitos individuais e coletivos, que o registro civil de nascimento e a certidão de óbito são gratuitos para os reconhecidamente pobres, de acordo com uma lei específica sobre o assunto. Porém, esse benefício é desconhecido pela maioria da população.

André Brant



Sérgio Amaral: proposta enfatiza uma mobilização pelos direitos humanos

CRIANÇA

Na cerimônia do Palácio da Alvorada, chamada de Mobilização em Favor dos Direitos Humanos, Fernando Henrique fará um discurso no qual o tema central será a criança. Além disso, o presidente deve anunciar a criação de um grupo de trabalho para elaborar uma política para a juventude. O grupo terá 180 dias para apresentar sugestões de como enfrentar a falta de emprego para os jovens, o problema das drogas, da delinquência e da insegurança.

A cerimônia no Palácio do Alvorada, às 11h de amanhã, contará com a participação de crianças de todo o País que participaram de programas de recuperação de menores, como o projeto realizado junto às carvoarias do Mato Grosso do Sul que dá

R\$ 50,00 para as famílias para que as crianças deixem de trabalhar e permaneçam na escola.

Antecipando as comemorações, o presidente Fernando Henrique assina hoje três atos de combate ao trabalho infantil no país. Um deles oficializa exatamente o trabalho feito no Mato Grosso do Sul.

Numa resposta à pressão dos governos, principalmente de São Paulo, ao problema do aumento da violência urbana, o presidente Fernando Henrique envia hoje ao Congresso um projeto tornando crime o porte ilegal de armas, considerado atualmente apenas uma contravenção penal, e anuncia a liberação de recursos para a construção de novos presídios, principalmente em São Paulo.